

CEDI - P. I. B.
DATA 17/03/94
COD. XGDPPPP9

DOCUMENTO

DAS RAZÕES E DA PROCEDÊNCIA PARA O ASSENTAMENTO DE UM GRUPO DE "CAFUZOS", MORADORES DA RESERVA INDÍGENA DE IBIRAMA/SC*

Ligia T. Lopes Simonian

Há aproximadamente quarenta anos um grupo de famílias camponesas identificadas a nível regional e pelos próprios indígenas como "cafuzas", vive nas terras destinadas para os Xokleng, em 1926 (e que na verdade se constituem em apenas uma pequena parcela do antigo território deste povo indígena). Os "cafuzos" aqui referidos (atualmente em torno de 43 famílias), não são invasores da Reserva Indígena de Ibirama, apesar de serem muitas vezes identificados como "intrusos" (ver SANTOS, 1970: 90). A considerar a versão largamente difundida entre os indígenas, entre os próprios "cafuzos", e entre segmentos da sociedade regional, os "cafuzos" entraram nas terras Xokleng, de fato, a convite de Eduardo Hoerhan, antigo chefe do Posto Indígena subordinado ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Tal versão tem sido corroborada em depoimentos de Hoerhan, como no pretado à autora, ainda em 1973 (Cf. SIMONIAN, 1973). Em trabalho recente, Werner et al. informa que os "cafuzos" receberam permissão para entrar na reserva (Cf. WERNER et al., s/d.:1/2), a qual teria sido fornecida pelo mesmo Hoerhan. Em sua versão, Hoerhan tinha um objetivo muito explícito ao formular o convite aos "cafuzos". Como esses camponeses dominavam as técnicas rudimentares do sistema agrícola, Hoerhan esperava que sua presença poderia contribuir com a agilização do processo de adestramento dos Xokleng (até o contato sistemático os Xokleng viviam única e exclusivamente da caça e da coleta /Cf. HENRY, 1941: 50) nas atividades ligadas ao cultivo de roças de subsistência. Ao optar por trabalho coletivo em roças também coletivas, Hoerhan viu fracassar seu projeto para a integração dos Xokleng, ao sistema

* Este documento constitui-se na "informação técnica nº 17", realizada como atividade da Coordenadoria das Terras Indígenas, do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em Novembro de 1985. Esta "informação" foi produzida com o objetivo de fornecer um mínimo de elementos pára a formação do processo burocrático que orientará o reassentamento dos "cafuzos", o que foi solicitado pela própria comunidade cafuza e pelas lideranças indígenas da Reserva Indígena de Ibirama/SC.

de vida sedentário (ver SANTOS, 1970: 54-56).

Neste ponto cabem algumas considerações sobre a natureza da identificação "cafuzo", sobre as atividades e o tipo de relacionamento que os "cafuzos" mantêm com os diversos grupos indígenas que atualmente vivem na área, com a chefia do Posto Indígena (atualmente vinculado à Fundação Nacional do Índio) e, especialmente, sobre as razões para seu assentamento em terras situadas fora do perímetro das terras que são, de direito, pertencentes aos índios Xokleng. (sobre a situação legal das terras da Reserva Indígena de Ibirama ver SANTOS, 1973: 197-204).

Em se tratando dos critérios utilizados para a constituição da identificação "cafuzo" para os membros da comunidade camponesa moradora nas terras Xokleng, entendemos que os mesmos não se restringem ou vinculam a critérios necessariamente raciais. Pelo que temos conhecimento, esta população "cafuzo" não resulta de processo de mestiçagem entre negros e índios, o que em princípio seria de se esperar, especialmente a se considerar a concepção corrente que se tem sobre o significado do termo "cafuzo" (ver, por ex., FERREIRA, s/d.: 250). Neste caso específico, os "cafuzos" são, ao que tudo indica, indivíduos de origem portuguesa e/ou negra. No entanto, em um trabalho de 1970, Santos fala na existência de caboclos moradores na Reserva Indígena (então identificado como Posto Indígena Duque de Caxias), os quais, acreditamos, seriam os mesmos "cafuzos"; mas o autor deixa de fazer qualquer menção à sua origem étnica. De qualquer modo, Santos traz a informação de que

"Caboclo na região é termo que designa o indivíduo mestiço, resultante da união negro x branco ou negro x índio (Idem, ibidem)!"

Apenas muito recentemente tem havido casamentos entre "cafuzos" e mestiços de terceiro ou quarto graus. Esta realidade, no entanto, não contribuiu e não tem contribuído no sentido da formação e/ou consolidação da identidade "cafuzo" na área.

Assumindo uma perspectiva mais histórica, Santos fornece uma série de elementos no sentido de caracterizar as origens sociais da comunidade "cafuzo" de Ibirama (SANTOS, 1973:

289-291). Eles seriam posseiros expulsos da Serra do Mirador ante a chegada de empresa madeireira. Constituíam uma população pobre, que não conhecia os avanços sociais e tecnológicos produzidos pela chamada civilização ocidental. Viviam basicamente de uma produção agrícola voltada à subsistência. No caso, a comunidade resistiu às tentativas de expulsão, mas não logrou uma vitória. Nestas condições é que teriam se transferido (ou sido transferidos) para a Reserva Indígena de Ibirama (Cf. SANTOS, 1973: 290-291). Lá, apesar de terem encontrado um espaço para se reproduzirem social e biologicamente, os "cafuzos" não ascenderam sócio-econômicamente, permanecendo na mesma condição de pobreza anterior, ou seja, reproduzindo as condições de miséria impostas pelo sistema sócio-econômico mais amplo.

Mesmo sem termos realizado uma pesquisa específica sobre a identidade "cafuzo" na Área Indígena de Ibirama, os critérios utilizados para caracterizá-la são, conforme nosso entendimento, meramente ideológicos. Explicitando tal concepção, diríamos que tais critérios traduzem uma espécie de parentesco ideológico, decorrente mais de uma proximidade espacial e de uma convivência ao longo de muitos anos, do que qualquer outro fenômeno. No caso, a ideologização dos critérios se constitui em concepções, em princípios e ideais, todos vinculados à indianidade produzida, em larga medida, pelo fato dos "cafuzos" concretizarem sua vida no interior de uma reserva indígena. Entendemos que esta realidade é dominante, mas nem por isto podemos deixar de levar em consideração a condição de dependência dos "cafuzos" em relação aos índios Xokleng e Kaingang e, à chefia do Posto Indígena, o que por si só também se coloca como um dos fatores básicos para a emergência do processo de indianização destes "cafuzos".

A condição de dependência dos "cafuzos" diz respeito fundamentalmente aos níveis econômicos e sociais e aos político-culturais. Do ponto de vista econômico-social, os "cafuzos" vêm ocupando parcelas mínimas de terra, as quais são utilizadas para a realização de roçados, usam um mínimo de recursos florestais para construção de suas habitações (em geral casas de "pau-a-pique"; os "cafuzos" as denominam casas, porque, como afirmam, é sob elas que criam seus filhos).

Quanto às relações de trabalho, a comunidade "cafuza" prestava, no passado, serviços sem remuneração para a "roça do posto", para a abertura de caminhos, estradas no interior da área, para limpeza dos mesmos, e, mais recentemente, vinha prestando trabalhos, nas mesmas condições, para a liderança indígena (Xokleng/Kaingang). Seus membros também vêm realizando trabalhos para as famílias indígenas, que so contratam em grupos ou individualmente, para realizar trabalhos vinculados ao sistema de cultivo (preparo de roça, plantio ou limpa), pelos quais recebem remuneração como diaristas ou por empreitada, não tendo, por conseguinte, nenhum direito social garantido. Como Santos já observou, deste modo os "cafuzos" contribuem para o aumento da força de trabalho familiar indígena (Cf: SANJOS, 1970: 88).

Em relação à utilização da força-de-trabalho "cafuza", ainda se pode afirmar que os "cafuzos" são utilizados como assalariados (normalmente como diaristas) na exploração dos recursos naturais da Área Indígena, vale dizer, dos recursos florestais nela existentes. Esta participação é subordinada aos indígenas, pois os "cafuzos" não têm autorização para explorarem os recursos florestais para seu próprio proveito. Embora não tenham este direito, os indígenas alegam que no passado, quando eles "ainda não entendiam nada", os "cafuzos" teriam explorado especialmente o palmito, o sassafraz e a retirada de palanques. Ainda conforme a versão indígena, os "cafuzos" teriam sido os responsáveis de fato, pela exaustão daquele primeiro recurso, o qual era explorado por industriais da região, que pagavam um preço muito abaixo do estabelecido pelo mercado, para tal matéria prima. Presentemente, o argumento de que os "cafuzos" não têm direito à terra embasa toda a posição dos indígenas no sentido de negarem aos mesmos direitos à exploração dos recursos florestais. Muitos "cafuzos", no entanto, continuam trabalhando na exploração de madeira, mas como assalariados (diaristas ou empreiteiros) dos indígenas.

Embora afirmem que estão conscientes do fato de não serem proprietários das terras onde habitam, os "cafuzos" di-

zem-se diminuídos e até injustiçados. Eles esclarecem que sempre foram braçais do Posto Indígena (especialmente em tempos passados) e dos próprios índios, sem que, tenham tido qualquer condição de acumular sequer uma mínima quantidade de capital. Os "cafuzos" afirmam ainda, que continuam os mesmos "reculutas" (recrutas), como quando entraram na terra dos Xokleng, em Ibirama/SC. Com isto eles quêrem dar a entender que continuam tão pobres, analfabetos e sem direitos reais, como quando entraram na área Xokleng.

A considerar o nível social, ppde-se afirmar que os "cafuzos" encontram-se na dependência da assistência organizada no passado pelo SPI, e atualmente, pela FUNAI, com o objetivo de prestar algum tipo de atendimento aos indígenas. Esta assistência têm se resumido, ao longo do tempo, a um precário atendimento ambulatorial (via "enfermarias"), onde, em tese, os primeiros socorros são prestados, os curativos realizados, a medicação é distribuída ou aplicada, as campanhas de vacinação são realizadas, além, evidentemente, de outros pequenos atendimentos. Mas no caso específico dos "cafuzos", tal assistência tem se reduzido a um mínimo, para não dizer que é inexistente, o que, sem dúvida, torna sua situação ainda mais vulnerável, pois os mesmos não têm preferência no atendimento. Além deste precário atendimento, as crianças "cafuzas" podem frequentar a escola organizada no interior da reserva indígena, mas de fato elas praticamente são obrigadas a abandonar as aulas nos meses de chuva...Só em 1985 que a escola e a sede do Posto Indígena foram transferidos para as proximidades da área ocupada pelos "cafuzos", sendo inclusive aberta uma estrada, o que tem facilitado o acesso aos mesmos. Antes as crianças necessitavam cruzar o Rio Itajaí do Norte, para frequentar a escola, o que se tornava inviável nos períodos chuvosos. A considerar tais condições, o número de analfabetos ou de semi-alfabetizados é dominante entre os "cafuzos".

Em casos muito eventuais os "cafuzos" ainda buscam ou recorrem a auxílios junto à Prefeitura de Ibirama, quase

sempre em situações de calamidade, tais como enchentes. Não consta que os "cafuzos" tenham recorrido à Prefeitura ou outro órgão ou instituição em busca de apoio para educação, saúde ou outros. Eles nem mesmo participam de atividade sindical e/ou política-partidária. Uma situação como a até aqui exposta reforça dentre outras orientações, que os "cafuzos" têm sua vida organizada a partir e nos limites da própria Reserva Indígena de Ibirama.

No que se relaciona aos aspectos políticos e culturais, é essencial frisar o fato dos "cafuzos" terem incorporado a instituição do cacicado (que a nível local foi imposta pelo SPI e, posteriormente, ratificada pela FUNAI). Neste caso, o cacique "cafuzo" (Sr. Joaquim Machado) é reconhecido como autoridade ou representante formal, tendo por funções básicas a organização e o controle da comunidade. Uma tal incorporação, diríamos, é em parte responsável pela natureza indígena impregnada à identidade "cafuzo", o que os têm aproximado dos indígenas. Mas esta aproximação certamente que se realizou e se realiza numa situação de dependência e de conflito, conforme indicadores anteriormente apresentados. No nível político, este cacicado tem sua existência atrelada e subordinada aos desígnios dos indígenas e da chefia do Posto Indígena, Mas paradoxalmente, estes últimos não têm exercido qualquer papel no processo de escolha do cacique "cafuzo" ou de seus ajudantes. Mas como o cacicado indígena, o "cafuzo" também tem uma autonomia muito restrita.

Do ponto de vista da organização social e cultural, resta registrar que os "cafuzos" vivem agrupados, ocupando um espaço que impõe a proximidade. Os laços de parentesco são bastante estreitos (sogros e genros vivendo em áreas contíguas, por exemplo), o que certamente tem contribuído no sentido de dar uma maior unidade à comunidade. A própria organização espacial, que pode ser caracterizada como de confinamento à uma área exígua e, até recentemente, isolada dos indígenas (pelo Rio Itajaí do Norte), também se constitui em fator que fundamenta a unidade entre os "cafuzos". A área o-

cupada pela comunidade "cafuza" tem uma individualidade no conjunto mais amplo da Reserva Indígena, e é reconhecida como "área cafuza", "aldeia cafuza" ou "cafuzeiro".

A situação de relativa estabilidade em que vivem os "cafuzos" no interior das terras Xokleng, especialmente no que diz respeito ao acesso às terras para a realização de suas roças de subsistência, e aos locais de moradia, vem se transformando de modo significativo, nos últimos tempos. Neste sentido, a construção de uma barragem no Rio Itajaí do Norte, e o consquente alagamento da quase totalidade das terras férteis da Reserva Indígena de Ibirama, têm sido considerados como os elementos responsáveis para tais mudanças (ver WERNER et al., s/d.: 5), especialmente na medida em que, de fato, impuseram o deslocamento espacial dos indígenas Xokleng, Kaingang e mestiços. Este deslocamento acarretou entre outras consequências, a redução das terras antes utilizadas pelos "cafuzos", o que, certamente, também implicou numa decisão política de parte dos indígenas, em relação aos espaços a serem ocupados. Na versão dos "cafuzos" eles já se encontram em "apuros" ou "se vendo" para conseguir segurar as pequenas glebas que dispõem. Werner et al também assinalaram que os "cafuzos"

"...tem ocupado uma área isolada e pouco requisitada. Mas agora com a realocação dos índios puros ao largo de uma nova estrada, estes estão perdendo as terras que tradicionalmente cultivaram (Idem, ibidem)!"

No decorrer de seu trabalho, Werner et al ainda afirmam que os "Cafuzos foram obrigados a diminuir a área que cultivam na reserva (WERNER et al., s/d.: 5). Tal informação, no entanto, não foi constatada em campo, sendo inclusive rechaçada pelos "cafuzos". O que acontece, de fato, é que, no momento, os "cafuzos" se encontram impedidos de ampliar suas áreas de exploração agrícola.

A considerar tais elementos, torna-se claro que os "cafuzos" vêm perdendo uma série de prerrogativas que conquistaram, ao longo dos anos, na área em questão. Mas é fundamental destacar que a atual situação, caracterizada como de instabilidade, não decorre única e exclusivamente da transferência dos índios, para uma área que inclui as terras ocupadas

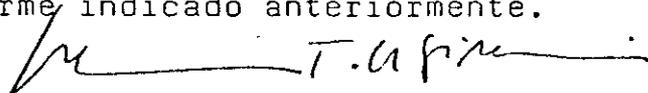
pelos "cafuzos". Dentre outros elementos que devem ser considerados, a atual insatisfação de parte dos indígenas em relação ao desempenho dos "cafuzos", no interior de suas terras, é um ponto crucial. Esta insatisfação se encontra basicamente vinculada às recusas dos "cafuzos" em continuarem fornecendo mão-de-obra barata aos índios e/ou trabalho gratuito para para "pixuruns" (antes realizados em prol das "roças do posto" ou na limpeza das "picadas"). Os indígenas alegam que os "cafuzos" só aceitam trabalhar para eles caso sejam pagos em dobro, o que consideram um "abuso e uma ingratidão".

Atualmente os indígenas estão formulando um novo discurso no sentido de que a obrigação dos "cafuzos" trabalharem para si deve ter continuidade. Eles argumentam que tal obrigação deve ser equiparada a um arrendamento, o qual devem pela utilização da terra. Tal mudança em termos de discurso, emerge, de fato, num momento de tensão generalizada no interior da área, pois os indígenas se encontram totalmente inseguros frente à tantas decisões alheias aos seus interesses, e que estão a ameaçar ou reduzir seus direitos. A construção da barragem antes referida é apenas um indicador a mais. Apesar de enfatizarem que os "cafuzos" "não são mais os mesmos", os indígenas não deixam de expressar sua preocupação com o destino dos "cafuzos". Neste sentido, inclusive, o atual cacique da aldeia da sede do Posto Indígena, Ali Klili, não se cansa de afirmar que tem "dó" dos "cafuzos" e por isto não os manda embora. Outros indígenas da reserva têm se referido ao fato da urgência dos "cafuzos" terem seus direitos de cidadãos e de trabalhadores reconhecidos.

Apesar do posicionamento indígena acima descrito, os indígenas tentaram, em época passada, retirar os "cafuzos" de suas terras. Hoje eles argumentam que pretendiam, então, já resolver a situação dos "cafuzos", pois de fato e de direito a terra que ocupavam não lhes pertenciam. Tal tentativa ocorreu em inícios da última década de setenta. Então os indígenas deram um ultimatum aos "cafuzos". Alguns saíram, de fato, mas a maioria retornou e pediu para continuar na reser-

va, o que foi aceito pelas lideranças indígenas. Com a construção da barragem no Rio Itajaí do Norte, os indígenas voltaram a falar na possibilidade de se retirar os "cafuzos" da área. A Prefeitura Municipal de Ibirama/SC, estaria investigando sobre a possibilidade de assentá-los via contrato de comodato, em terras pertencentes ao DNOS, nas margens da barragem. Aqui se coloca um problema básico, pois se tal possibilidade fosse viável, novamente os "cafuzos" não teriam chances de se transformarem em sujeitos de direitos reais sobre as áreas que viessem a ocupar. Neste sentido, a sua e também a preocupação dos indígenas. Juntos, e tendo ouvido falar da Reforma Agrária "do Governo", eles propõem a integração da comunidade "cafuzo" no Plano (no caso, no PRRA/SC), a partir do qual os "cafuzos" poderiam ser assentados condignamente, o que supõe, lhes sejam asseguradas as condições mínimas para que possam dar andamento e desenvolver suas atividades.

Mas a considerar o estilo de vida e o modo de organização dos "cafuzos", só uma proposta que viabilize o assentamento nas proximidades da Reserva Indígena de Ibirama, em terras de mata ou de capoeira, e em gleba comunitária (condomínial), poderá dar resultados positivos e tirá-los da miséria crônica em que se encontram. Neste sentido, o apoio a ser prestado pelo PRRA/SC (técnico, creditício, etc...) deve ser considerado como prioritário e paralelo ao assentamento. Os indígenas apontaram a existência de terras na área conhecida como Rio Negrinho, localizada nas proximidades da Reserva Indígena de Ibirama, mas a direção adjunta do INCRA/SC também informou que existem algumas áreas a serem desapropriadas no próprio município de Ibirama, e que poderão ser utilizadas. No caso das informações prestadas sobre Rio Negrinho, estas terras seriam devolutas e ideais pois contam com uma excelente cobertura vegetal, sendo excelentes para o desenvolvimento da agricultura. Caso não seja viável a utilização desta área, o INCRA/SC deverá destinar outra, de preferência nas condições desejadas pelos "cafuzos", conforme indicado anteriormente.

 T. A. F. M.

Bibliografia citada

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda.

s/d.

Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo. pg.250.

SANTOS, Sílvio Coelho dos.

1970.

A Integração do Índio na Sociedade Regional- A função dos
postos indígenas em Santa Catarina. Florianópolis. UFSC.

SANTOS, Sílvio Coelho dos.

1973.

Índios e Brancos no Sul do Brasil - a dramática experiên-
cia dos Xokleng. Florianópolis. EDEME.

SIMONIAN, Ligia T.Lopes.

1973.

Anotações de campo. Manuscrito. Arquivo pessoal.

SIMONIAN, Ligia T.Lopes.

1983/1985.

Anotações de campo. Manuscrito. Arquivo pessoal.

WERNER, Dennis et al.

s/d.

As enchentes e as barragens no Vale do Itajaí. Relatório Par-
cial. Florianópolis. UFSC. Datilografado.